



CÂMARA MUNICIPAL

da Estância de

Santa Rita do Passa Quatro

A CASA DA CIDADANIA

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá, o músico
que encantou além das terras do jequitibá”*

**ATA DA AUDIÊNCIA
PÚBLICA, realizada pela
Câmara Municipal de Santa
Rita do Passa Quatro, no
dia oito de dezembro de
dois mil e vinte e cinco, sob
a Presidência do Sr. Ver.
Gilberto Bentlin Junior.**

Aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezoito horas, nas dependências da Câmara Municipal, Palácio “Prof. Oscar de Oliveira Alves”, localizada na Rua José Rodrigues Palhares, número cento e dezessete, foi realizada a **Audiência Pública**, para apresentação, discussão e aprovação da proposta do Projeto de **Lei Orçamentária Anual** para o exercício financeiro de **2.026**, conforme convocações e convites previamente publicadas no Diário Oficial do Município de Santa Rita do Passa Quatro, à participação da população e de entidades de classe, no Diário Oficial do Município de Santa Rita do Passa Quatro na data de 11/11/2025, edição 1330, página 3; ainda em 17/11/2025, edição 1334, página 7; 25/11/2025, edição 1338, página 03; cumprindo assim, as formalidades legais, igualmente, houve divulgação no Site Oficial, nas redes sociais: Instagram e Facebook desta Câmara Municipal. Estiveram presentes os Senhores Vereadores: Everton Cavalheiro Silva, Flávio Roberto Peron, Fábio Gusman Palhares, Gilberto Bentlin Junior e Renata Cristiana Barioni Bonifácio, a Contadora desta Casa de Leis, Srt^a Fernanda Petrocínio Krokoiz, a Diretora Geral, Marília Scomparin e a Assessora de Imprensa, Isabela Vieira Lara. Deixaram de comparecer os Senhores Vereadores: Amadeu Aparecido Lourenço, José Jeronimo Fernando Camilo Borges e Kleber Alessandro Borotto e Vanderlei Kill. A Sra. Marília Scomparin, declarou aberto os trabalhos da presente reunião, seguidamente fez a apresentação de seu conteúdo, que tratou da estimativa da receita e fixação da despesa para o próximo exercício de 2026, detalhando as dotações orçamentárias do Poder Legislativo. Em seguida, foram apresentadas as receitas consolidadas para o exercício de 2026, que perfazem o montante de R\$ 175.193.520,00 (cento e setenta e cinco milhões, cento e noventa e três mil, quinhentos e vinte reais). Informou que para a



Administração Direta (Poder Executivo e Poder Legislativo), fora estimado um total de R\$ 156.204.520,00 (cento e cinquenta e seis milhões, duzentos e quatro mil, quinhentos e vinte reais), bem como para a Administração Indireta (Instituto de Previdência Municipal) o importe de R\$ 18.989.000,00 (dezoito milhões e novecentos e oitenta e nove mil reais). Ato contínuo, deu início a leitura do Projeto de Lei nº 099 de 30 de setembro de 2025, explanando as despesas fixadas e seus respectivos valores por Órgão da Administração. Seguidamente, o Presidente ressaltou que as despesas fixadas para o Poder Legislativo são projeções, sem, contudo, terem a obrigatoriedade de gastos integral. Dando sequência, o Vereador Sr. Flávio Roberto Peron questionou o percentual máximo de repasse do duodécimo para o Poder Legislativo, que o Poder Executivo poderia efetivar, conforme preceito constitucional. Ao passo, foi esclarecido, pela Srt^a Fernanda que se trata de um percentual máximo de 7% (sete por cento), igualmente asseverou que a Câmara Municipal utiliza um montante infinitamente menor. Ao final, fora dada a palavra aos presentes, para dirimir eventuais dúvidas e questionamentos. Tendo em vista, que durante a apresentação fora realizada discussão e debates, os presentes deram-se por satisfeitos. Finalmente, ressalta-se que embora tenha havido ampla divulgação não houve participação popular, apenas de Funcionários e Vereadores. Nada mais havendo a tratar, às 18h45min foi encerrada a presente Audiência Pública, cumprindo suas formalidades legais, consta, em anexo, a lista de presença devidamente assinada pelos participantes.